

Pastore acredita que País obtém o prazo de nove anos

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, espera que, na reunião de hoje, em Washington, do Comitê de Assessoramento da fase 2 da renegociação da dívida externa brasileira, seja confirmada a "boa receptividade" da proposta do Brasil para que os bancos aceitem os prazos de amortização de nove anos, com quatro de carência, na rolagem dos débitos de US\$ 5,5 bilhões a vencer em 1984 e também na contratação do novo empréstimo de US\$ 6,5 bilhões que o país precisa para fechar as contas externas desse ano e do próximo.

Pastore disse que, "evidentemente", já conversou com os dirigentes de alguns grandes bancos e sentiu a possibilidade do Brasil não só ampliar os prazos das novas operações externas, como também reduzir o custo dos empréstimos. Outra fonte da área financeira considerou possível o Brasil obter a redução, por exemplo, do **spread** - taxa de risco acima dos juros básicos - dos atuais 2,125% a 2,25% ao ano para 1,5% e do **flat fee** - comissão básica - de 1,5% para 0,75% do valor da operação.

Segundo a fonte, a situação faz com que os banqueiros se mostrem mais sensíveis aos problemas do Brasil. Para testar a nova posição da comunidade financeira internacional, Pastore manterá, até o próximo dia 19, encontros com dirigentes de oitocentos bancos credores do País. Em seu primeiro dos catorze dias no exterior, o presidente do Banco Central participa hoje, às 14 horas, em Washington, de nova reunião do Comitê de Assessoramento, tendo como convidado especial o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques

de Larosiere.

Larosiere apenas reforçará o apoio do FMI ao programa de ajuste da economia brasileira, mas não se manifestará sobre a proposta do País de obter ampliação de prazos e redução de custos nos novos empréstimos externos. Pastore explicou que o sucesso nestes pedidos depende apenas das negociações com os próprios banqueiros.

Em companhia do diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, Pastore terá amanhã um encontro, em Toronto, com os 14 maiores bancos canadenses. No sábado, o presidente do Banco Central desce para Nova Iorque, e, no dia seguinte, segue para Honolulu.

Segunda e terça-feiras da próxima semana, Pastore aproveitará a presença em Honolulu dos dirigentes de bancos regionais norte-americanos, sob o patrocínio da Associação de Bancos Americanos, para discutir o programa econômico brasileiro com os coordenadores regionais da fase 2 da renegociação da dívida do País.

No dia 12, o presidente do Banco Central chegará a Tóquio para, no dia seguinte, conversar com o ministro das Finanças e o presidente do Banco do Japão. No dia 14, manterá contatos com diretores do Banco Industrial do Japão, do Mitsubishi e do Sumitomo. Após passar o dia 15 em Bancoc, Pastore falará, no dia seguinte, aos dirigentes de bancos do Oriente Médio representados no centro financeiro de Bahrain.

No dia 17, Pastore chegará a Londres para, no dia seguinte, na sede do Banco da Inglaterra, fazer uma exposição sobre

a situação brasileira aos bancos de Israel, Nova Zelândia, Austrália, França, Espanha, Países Baixos, Bélgica, Inglaterra, Portugal e Escandinávia. Em Zurique, no dia 19, repetirá a exposição a dirigentes de bancos da Itália, Suíça, Liechtenstein, Áustria, União Soviética, Hungria, Tchecoslováquia, Líbia, Luxemburgo e Irã. No dia 20, Pastore volta ao Brasil.

SERRANO

O diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, disse ontem que o Governo está empenhado agora em obter "mais prazo, menos taxas e mais carência" para as novas operações, mas não quis explicar se esta pretensão já tinha sido levada aos banqueiros no exterior. Serrano acompanhará Pastore na turnê pelos Estados Unidos, Canadá, Japão, Oriente Médio e Europa, com duração até o próximo dia 20, com o objetivo de explicar o programa de ajustamento da economia e tentar conseguir o comprometimento dos bancos regionais para o novo empréstimo-jumbo.

O diretor do Banco Central disse que, pelo que viu nos jornais, a fórmula de se obter nove anos de prazo com cinco de carência, nos novos empréstimos de US\$ 6,5 bilhões mais as amortizações, "seria uma melhora significativa para nós". Garantiu que, por trás desta intenção de alongar os prazos, não existe nenhum objetivo oculto. "O objetivo é o de sempre, ou seja, melhorar o perfil da dívida externa, de modo que possamos contar com prazos mais longos para pagamento".